

Gestão, preservação e acesso a documentos digitais: patrimônio cultural e diversidade

*Pedro Paulo A. Funari**

Resumo

O artigo considera os documentos digitais no contexto mais amplo da diversidade cultural, de acordo com as indicações da UNESCO. Os documentos digitais são construções culturais e contêm pontos de vista e visões de mundo para as atuais e futuras gerações. Os arquivos têm uma responsabilidade particular na preservação desse patrimônio.

Apresentação

Há uma preocupação crescente dos organismos de gestão de documentos com relação ao acesso e à preservação da memória mundial, frente às tecnologias de informação, preocupação tanto maior, quanto o uso de documentos digitais expande-se a cada dia e de forma cada vez mais rápida¹. Criam-se documentos digitais em número impressionante, sem que nunca tenham tido qualquer outra forma, senão a digital. A 'aldeia global', anunciada em há mais de quarenta anos por Marshall McLuhan (1963), passou a existir com o advento e difusão da internet. Estas e outras preocupações similares adquirem importância estratégica², na medida em que a diversidade humana está em jogo.

Como lidar com esses desafios, quais os caminhos a seguir?

Nesta ocasião, apresentarei algumas considerações de ordem epistemológica os fundamentos teóricos da questão, assim como procurarei mostrar a experiência prática da Universidade Estadual de Campinas, resultado da reflexão coletiva de um grupo de estudiosos reunidos em Grupo de Trabalho que presido. A Arquivologia tem um papel central na discussão epistemológica³ e prática da gestão dos documentos eletrônicos, se consideramos a Ciência dos Arquivos, como propõe Theo Thomassen, a um só tempo, autônoma⁴ e interdisciplinar⁵.

A preservação de documentos digitais foi objeto de dois eventos recentes importantes para a área, com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO: o Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, em 1999; e o Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, em novembro de 2002, no Rio de Janeiro, promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil junto daquela organização⁶. Esta preocupação tem feito com que universidades e arquivos nacionais canadenses, americanos, australianos, europeus e, recentemente, brasileiros constituam grupos interdisciplinares

para definição de normas e procedimentos técnicos para uso de produtores de softwares e sistemas, visando garantir aos documentos arquivísticos a fidedignidade e a autenticidade inerentes a sua constituição inicial, para servirem de prova ou testemunho, e o seu acesso e preservação futuros⁷. As preocupações são tanto de caráter legal e jurídico, como de cunho propriamente histórico e documental, visando à preservação das informações para as futuras gerações.

Já existem alguns resultados destes grupos baseados em estudos e aplicações na produção de seus sistemas de informação, como nos casos da Universidade Columbia (Canadá), Pittsburg (EUA) e Arquivo Nacional Australiano⁸. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos nomeou uma Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos que tem por objetivo sugerir normas e procedimentos técnicos, bem como instrumentos legais, para a gestão arquivística e a preservação dos documentos eletrônicos das instituições públicas e privadas.⁹ No âmbito da Universidade Estadual de Campinas, a Comissão Central de Avaliação de Documentos, órgão permanente do Sistema de Arquivos (SIARQ) tem se deparado com a problemática da gestão e da preservação de documentos eletrônicos gerados pela universidade - tanto aqueles que nascem e “são arquivados” eletronicamente em bancos de dados, como aqueles que são “arquivados” em mídias soltas. Neste contexto, a Unicamp criou um Grupo de Trabalho¹⁰ destinado a estabelecer padrões e normas institucionais de gesto e preservação, baseados na diplomática e na arquivística, de modo a garantir a autenticidade e a fidedignidade dos documentos arquivísticos, necessários à administração e à pesquisa acadêmico-científica.

Os pressupostos epistemológicos: de dados a discursos

O passado não é descoberto ou encontrado. É criado e representado pelo historiador como um texto que, por sua vez, consumido pelo leitor. A História tradicional

dependente em seu poder de explicação como a estátua que pré-existe no mármore, ou o princípio do *trompe l'oeil*. Mas esta não é a única História que podemos ter. Ao explorarmos a maneira como representamos a relação entre nós e o passado, podemos ver-nos não como observadores distantes do passado mas como participantes na sua criação. O passado é complicado e difícil o bastante sem a auto-ilusão que quanto mais nos engajamos com a evidência, mais perto estamos do passado. A idéia de descobrir a verdade na evidência é um conceito modernista do século XIX e não há mais lugar para ela na escrita contemporânea sobre o passado. - ***Deconstructing History*, Alun Munslow, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997, p. 178. Tradução de Pedro Paulo A Funari.**

Como tratar dos documentos digitais? Seriam os documentos digitais uma inovação radical, que tudo modificaria, em relação aos documentos anteriores? Não podemos entender os documentos digitais sem os inserimos na História dos próprios documentos¹¹. A definição de documentos não pode ser dissociada da grande transformação do mundo moderno, surgida em fins do século XVIII e no início do XIX, com a criação dos estados nacionais. De fato, o registro de informações por meio da escrita, remonta às civilizações mesopotâmica e egípcia, nas quais os escribas começaram a se utilizar de tabuinhas de argila, a pedra ou mesmo o papiro, para registrar os decretos reais, eventos históricos, preces ou mitos. Os gregos iniciaram a pesquisa da história, com esse nome, e os romanos a continuaram, a partir de documentos de sua época ou de períodos anteriores. Durante o período medieval, difundiu-se a cópia de manuscritos, mas confinada àqueles que dominavam o latim nos mosteiros, já que mesmo as elites eram iletradas. Com o Iluminismo e o Racionalismo no contexto do surgimento dos estados nacionais, no século XVIII, surgiram as primeiras instituições destinadas à guarda de documentos de acesso público, os arquivos nacionais.

O estado nacional iniciava, com a escola pública, a criar uma homogeneidade nacional que antes não existia: um povo, uma

língua, um território, raízes comuns. O Arquivo nacional congregou, num primeiro momento, documentos das regiões, descontextualizando-os de sua origem. Em 1823, o estudioso alemão Leopold von Ranke publicava a frase que viria a ser considerada o início da História como ciência moderna: buscava-se descobrir 'o que realmente aconteceu'. Para isso, eram necessários documentos escritos, que se devia provar, por provas internas e externas, serem verdadeiros. Com o passar do tempo, acrescentaram-se ao campo da documentação não apenas os documentos escritos, como aqueles materiais (as inscrições ou as moedas), nem os manuscritos, mas os textos datilografados e, no século XX, filmes, fotografias, fitas. Também no século XX, as certezas do positivismo do século XIX, com sua ênfase na objetividade, foram colocadas em questão. O passado só pode ser interpretado no presente por sujeitos que interpretam os documentos, definem o que seja documento e os constroem, transpondo o texto ou o que quer que seja para um discurso articulado pelo estudioso.

Os arquivos de documentos passaram a incorporar princípios subjetivos importantes, a começar pela preservação, na medida do possível, dos contextos de criação e uso dos documentos, preservando os chamados fundos documentais. Em seguida, a própria gestão desses documentos passou a ser regida por critérios, inevitavelmente subjetivos, de preservação, com a adoção do critério de amostragem na preservação. As soluções de preservação, portanto, não são apenas de caráter técnico, pois envolvem escolhas éticas e políticas¹².

É neste contexto que podemos entender os documentos digitais que se apresentam, desde sua origem, não como dados, mas como construções. No entanto, essa construção apenas continua a dos documentos 'tradicionais'. Os documentos digitais apresentam-se, de imediato, como discursos, portanto subjetivos, e que dependem de uma interpretação para serem inteligíveis, também subjetivo. Se para ler um texto latino era necessário saber uma língua que não era falada e saber ler uma caligrafia tampouco de uso

quotidiano, para ler um documento digital é necessário dominar uma língua não falada – um programa lógico ou *software* –. A preservação física e intelectual do documento digital aprofunda as questões já existentes: como manter o meio físico e seu conteúdo e como manter nossa capacidade de dominar os meios de acessar esses documentos. No meio digital criam-se documentos, com o recurso de meios físicos (*hardware* e *softwares*), que nos obrigam a prever políticas de manutenção e reprodução (como já faziam os copistas medievais).

A partir da consciência do caráter construído, e não dado, dos documentos, uma política de preservação de documentos digitais assume importância capital, pois não se trata de apresentar soluções de caráter apenas técnico, definitivas. A responsabilidade da formulação de uma política de preservação e gestão de documentos digitais consiste no compromisso ético de preservar - a partir de critérios de interesse público, explícitos e abertos consulta geral - os documentos e sua acessibilidade, tendo em vista a preservação e fomento à diversidade cultural da humanidade.

Os objetivos do Grupo de Trabalho da Unicamp

No contexto acima, a Universidade Estadual de Campinas criou o Grupo de Trabalho que presido, destinado a elaborar normas que determinem padrões básicos que garantam a gestão, a preservação e o acesso de documentos arquivísticos em meio eletrônico, gerados em cumprimento das funções da Unicamp, a serem utilizadas pelos órgãos e unidades na produção e/ou na gestão de sistemas informatizados. Os objetivos originais do Grupo de Trabalho consistiam, especificamente, em levantar bibliografia da gestão de documentos arquivísticos eletrônicos, promover eventos para atualização de conhecimentos sobre a temática, propor Comissão Central de Avaliação de Documentos normas e padrões para produção, gestão, acesso e preservação de documentos arquivísticos eletrônicos, para uso da Unicamp, elaborar um

diagnóstico da situação dos arquivos eletrônicos corporativos, já acumulados, para propor medidas técnicas visando eliminações e/ou preservação histórica e acesso à pesquisa pública. Para que isso fosse possível, foram efetuadas diversas atividades, como a participação de especialistas do Arquivo Central do SIARQ nos eventos acima mencionados (1999 e 2000), reunião de bibliografias básicas e legislação referente ao assunto (2002), o estabelecimento de parceria com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, ligada ao Conselho Nacional de Arquivos (nov. 2002), o convite especialista Rosely Curi Rondinelli – autora do livro “*Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos*” publicado em 2002, pela FGV - e responsável pelo Serviço de Arquivo do Museu do Índio, para prestar assessoria ao grupo e ministrar o Curso Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos (nov.2002), a reunião com o vice-reitor da Unicamp, Prof. José Tadeu Jorge, para apresentação do projeto do SIARQ, discussão das diretrizes e à formalização do Grupo de Trabalho, havendo uma manifestação favorável à criação do grupo e a disposição para colaborar com os trabalhos, inclusive com a vinda de especialistas.

Em 2003/4 foram realizadas diversas ações, como a primeira reunião do grupo – no Arquivo Central/SIARQ (com a presença de Rosely Rondinelli), em 30 de outubro de 2003, com um curso de Rosely Curi Rondinelli no auditório do CCUEC, com a criação de site¹³ para o projeto e criação da lista de discussão e com a elaboração de um cadastro de especialistas nacionais e estrangeiros. Nos meses seguintes, reuniões regulares têm ocorrido, assim como seminários de discussão¹⁴.

Preservação digital e diversidade cultural

On ne peut se dissimuler qu'en dépit de son urgente nécessité pratique et des fins morales élevées qu'elle s'assigne, la lutte contre toutes les formes de discriminations participe de ce même mouvement qui

entraîne l'humanité vers une civilisation mondiale, destructrice de ces vieux particularismes auxquels revient l'honneur d'avoir créé les valeurs esthétiques et spirituelles qui donnent son prix la vie, et que nous recueillons précieusement dans les bibliothèques et dans les musées parce que nous nous sentons de moins en moins capables de les produire¹⁵.

*Claude Lévi-Strauss, Le regard éloigné*¹⁶

Talvez nada defina melhor o momento em que vivemos, do que a luta pela preservação da diversidade cultural, social, natural e ambiental. Os últimos séculos testemunharam o avanço de uma crescente uniformização humana e natural desde, ao menos, o caso da Idade Média e a expansão vertiginosa dos europeus pelo globo. Bastar lembrar o caso das línguas ameríndias – numerosíssimas - reduzidas a uma fração ínfima, a destruição de inúmeros povos americanos, de incontáveis espécies de plantas e animais. Esse processo intensificou-se nos últimos anos, com o advento, os meios de comunicação digital, mas as raízes da uniformização são muito mais antigas e remontam ao domínio do capital pelo mundo¹⁷.

A globalização, portanto, muito mais antiga e persistente do que, muitas vezes, se imagina e os seus críticos também muito mais precoces. O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, que esteve, ainda muito jovem, na década de 1930, entre nós, no Brasil, a estudar nossos indígenas, logo notou a importância da preservação da diversidade cultural, como na epígrafe reportada acima. Ainda da década de 1960, Marshall McLuhan examinava a formação de processos de uniformização universal, sob o nome de 'aldeia global'¹⁸, mas foi apenas com a difusão do mundo digital, a partir das duas últimas décadas do século XX, que esse processo adotou feições cada vez mais impressionantes. Multiplicaram-se os espaços virtuais, separando, pela primeira vez, tempo e espaço¹⁹, de modo que, à diferença do que ocorria anteriormente, hoje é mais fácil consultar, de qualquer lugar, um diário como o *Tokyo Shimbun*, do que ter acesso a um jornal local. Contudo, o acesso ao mundo virtual,

dependente de recursos econômicos, acaba por fortalecer as diferenças sociais e as exclusões digitais²⁰. O ciberespaço pode ser descrito como uma heterotopia, no sentido atribuído pelo filósofo francês Michel Foucault: um espaço alternativo ao espaço oficial²¹. Esta heterotopia permite escapar do centro, seja para contestá-lo, seja para valorizar a existência de pólos periféricos, de modo que o espaço digital pode, a um só tempo, contribuir para a homogeneidade e a heterogeneidade, a depender do contexto e situação concretos. A digitalização do mundo cria, portanto, tendências contraditórias, cujas conseqüências trataremos a seguir.

Por um lado, a multiplicação de documentos digitais cria possibilidades de comunicação e de diversidades imensas. Por outro lado, o reforço homogeneidade também poderoso. Joseph E. Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, ex-conselheiro do Presidente americano Bill Clinton – insuspeito, portanto, de simpatias radicais ou anti-globalização- escreveu, em seu *Globalization and its discontents*²², que:

I believe that globalization— the removal of barriers to free trade and the closer integration of national economies—can be a force for good and that it has the potential to enrich everyone in the world, particularly the poor. But I also believe that if this is to be the case, the way globalization has been managed, including the international trade agreements that have played such a large role in removing those barriers and the policies that have been imposed on developing countries in the process of globalization, need to be radically rethought²³.

Como alerta Dominique Wolton²⁴,

Le fait majeur de ce début de XXIe. Siècle est...le surgissement du triangle infernal identité-culture-communication. Les conflits et les revendications politiques, commencer par le terrorisme international, sont la preuve de ce surgissement. Aux inévitables traditionnelles entre le Nord et le Sud s'ajoutent les risques politiques liés la culture et la communication²⁵.

Mas quais seriam as ameaças à cultura e à comunicação? Com a profusão de documentos digitais, a expansão do mundo virtual, a possível criação de espaços alternativos, as heterotopias, em que estaria a ameaça aludida pelo estudioso francês? Em primeiro lugar – e aí o papel dos Arquivos é central, na preservação da diversidade, das particularidades, em luta renhida para que a homogeneidade não impossibilite a diversidade cultural, já que toda manifestação humana pode ser considerada um documento histórico para as futuras gerações²⁶. Não podemos saber o que os descendentes considerarão importante²⁷ e, por isso, a diversidade deve ter lugar de destaque nos critérios de preservação documental. Este o tema, agora mesmo, do Forum Universal da Culturas, de 2004, em Barcelona, na advertência do prefeito da cidade, Joan Clos, na abertura do encontro:

Devemos decidir se aceitamos a pluriculturalidade, ou optamos por uma única cultura que domine as outras. Que conceito de paz queremos? Não pode ser a paz dos mortos, nem a paz ordenada pelo ditador, nem uma paz que elimine os direitos individuais. Não queremos a paz do silêncio. Tem que ser a paz conseguida entre iguais, em comum acordo; uma paz legítima, uma paz compartilhando a Terra, isto é, vivendo juntos. Para isso deve emergir um novo respeito entre as culturas²⁸.

Joan Clos, ao enfatizar e contrapor uma paz uniformizadora a uma paz que preserve a diversidade, referenciou as palavras do bretão Cálgatus, reportadas pelo historiador romano Tácito (Agricola 30), em sua crítica à paz e uniformidade imposta pelos romanos:

Raptores orbis, postquam cuncta uastantibus defuere terrae, mare scrutantur: si locuples hostis est, auari, si pauper, ambitiosi, quos non Oriens, non Occidens satiauerit : soli ominium opes atque inopiam pari adfectu concupiscunt. Auferre trucidare rapere falsis nominibus imperium atque ubi solitudinem faciunt pacem appellant²⁹

A 'paz do silêncio' retoma o *topos* de Tácito (*solitudo*), mas agora com a aparente aporia de um silêncio advindo, contraditoriamente, da multiplicação dos meios de comunicação. É neste contexto que os arquivos assumem responsabilidades como nunca antes: como garantir a preservação da diversidade?

Os desafios da preservação digital

The digital heritage consists of unique resources of human knowledge and expression. Digital materials include texts, databases, still and moving images, audio, graphics, software and web pages, among a wide and growing range of formats. They are frequently ephemeral, and require purposeful production, maintenance and management to be retained. Many of these resources have lasting value and significance, and therefore constitute a heritage that should be protected and preserved for current and future generations. This ever-growing heritage may exist in any language, in any part of the world, and in any area of human knowledge or expression¹.

A preocupação da UNESCO, expressa na Carta de Preservação do Patrimônio Digital, remonta às considerações discutidas sobre a importância da diversidade humana que abrange documentos oficiais e não oficiais, documentos culturais, tanto eruditos como populares, documentos que exprimem aspirações e desejos internacionais, mas também, nacionais, regionais, locais¹. Como lembram os informáticos Solange Ghernaouti-Hélie e Arnaud Dufour²: Au-del d'une simple gestion de dones, se cachent des enjeux plus vastes, dont la portée touche aux patrimoines culturel et économique de l'humanité³³.

Boa parte das expressões humanas é, agora, apenas digital¹, tanto oficiais como pessoais². Constroem-se identidades, ou reforçam-se expressões identitárias e culturais, em meios unicamente digitais, como nos jogos que podem se tornar obsoletos e irreprodutíveis. Essas são questões da mais alta relevância para a

humanidade e a responsabilidade por essa preservação estar na esfera de atuação dos arquivos, custódia e garantia da transmissão e preservação da diversidade para as futuras gerações. No âmbito das burocracias, produzem-se uma infinidade de documentos digitais, mas não recai nesses órgãos produtores o ônus da sua preservação. Ao contrário, os produtores costumam descartar e desembaraçar-se, em pouco tempo, dos documentos produzidos¹. Empresas privadas e públicas, indivíduos privados, produzem um sem fim de documentos, que variam de um plano tridimensional de uma planta nunca executada, mas importante para a História da Arquitetura, a uma poesia concretista virtual, passando por fotos digitais e maquetes virtuais de produtos industriais, tudo isso descartado, voluntária ou involuntariamente. A cada descarte perde-se um pouco da humanidade inerente a essa diversidade de documentos. A quem cabe essa preservação? Aos arquivos, da os desafios serem tão ingentes.

Nos seminários e nas pesquisas de ponta sobre preservação arquivística digital, algumas preocupações importantes têm sido ressaltadas, a começar pelos desafios de como preservar os fundos originais, princípio básico daquilo que os alemães chamam de *Provenienzstelle*¹. Em seguida, há que considerar a fragilidade de preservação dos suportes de informação digital², pois todos os meios disponíveis apresentam problemas de preservação física³. Para além da manutenção e da integridade física, é necessário prever uma série de procedimentos, em constante reavaliação, de transposição de dados de equipamentos e programas informáticos antigos para novos. Como recorda Luís Fernando Saião, da Comissão Nacional de Energia Nuclear⁴:

A preservação digital envolve não somente a retenção do objeto informacional em si, mas também do seu significado. É necessário, portanto, que as técnicas de preservação sejam capazes de compreender e recriar a forma original ou a função do objeto de forma que seja assegurada sua autenticidade e acessibilidade.

Para tanto, são necessárias ações como a preservação tecnológica, a migração, a emulação, o encapsulamento, com a preocupação da adoção de padrões e protocolos, de política de gestão documental e tecnológica, com controle público de legitimidade, além de uma política pública que inclua pesquisa científica, mas também ações por partes de arquivos e bibliotecas, em todos os níveis (local, municipal, estadual, federal, internacional⁶). Isso tudo dependerá, também, de legislação apropriada. Vivemos, no momento, a elaboração de tais práticas e políticas, em particular com iniciativas como a do Conselho Nacional de Arquivos, Conarq¹. Contudo, no momento, ainda não há políticas de preservação universais em aplicação obrigatória no Brasil². Essas discussões não podem ser desvinculadas das reflexões internacionais, em particular da UNESCO³, adotada em outubro de 2003 e citada anteriormente. Um dos desafios consiste nas questões econômicas envolvidas, tanto pelos custos da preservação digital, que são imensos para países pobres como o Brasil, como nas barreiras impostas pela privatização documental, na forma de direitos autorais apropriados por companhias privadas e que dificultam ou mesmo inviabilizam o acesso e preservação de muitos documentos relevantes⁴, mesmo em países ricos⁵.

Os desafios dos arquivos no século XXI, portanto, ligam-se a uma questão estratégica de largo alcance: a preservação, para as futuras gerações, da diversidade cultural humana. Esses desafios são ingentes e tanto mais o são no contexto de um país com poucos recursos econômicos, como o Brasil, fase à multiplicação de documentos digitais. Contudo, a própria humanidade, com sua diversidade, que está a instar-nos todos à busca dos meios de conservação dos testemunhos da variedade humana. Tarefa complexa, cujas discussões ainda estão em seus inícios, mas de importância capital.

Agradecimentos

As idéias aqui apresentadas, de responsabilidade exclusiva do autor, resultam de minha atuação com diversos colegas, aos quais

agradeço pelo convívio e discussões sobre o tema no Grupo de Trabalho para a Padronização de Procedimentos Técnicos para Preservação e Acesso de Documentos Arquivísticos Eletrônicos da UNICAMP: Cristina Barbieri, Victória Campos, Maria Cristina Gomes, Humberto Celeste Innarelli, Regina Bernardo da Luz, Neire do Rossio Martins, Rozineide Oliveira, Maria de Fátima Silva, Luiz Atilio Vizentini, Jaques Wainer. Devo mencionar, ainda, Maria Inês Bastos, Howard Besser, Cláudia Lacombe, Tamima Orra Mourad, Rosely Rondinelli, Luís Fernando Saião e o apoio institucional do SIARq e da Reitoria da UNICAMP, em especial do Prof. José Tadeu Jorge, Vice-Reitor.

Notas

* Professor Titular de História da UNICAMP, Coordenador-Associado do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, Presidente do Grupo de Trabalho para Padronização de Procedimentos Técnicos para Preservação e Acesso de Documentos Eletrônicos (GDAE/UNICAMP), Pesquisador-Associado da Illinois State University (Estados Unidos) e Universidad de Barcelona (Espanha).

¹Cf. Pedro Paulo A. Funari. Os perigos da tecnologia moderna para a preservação de documentos, www.revista.unicamp.br/infotec/artigos/funari.html.

² Cf. Unesco and the issue of cultural diversity, *Review and Strategy*, 1946-2003.

³ Não se pode prescindir de uma abordagem epistemológica, que explicita as questões teóricas subjacentes; cf. Hans-Jürgen Puhle, *Theorien in der Praxis des vergleichender Historikers*, in *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, Jürgen Kocka & Thomas Nipperdey (Herausg.), Munique, Dtv, 1979, pp. 119-136: *ein reflektierter und expliziter Vergleich bedarf der Theorie. Ohne Theorie scheint er nicht möglich zu sein, p. 136* (“uma avaliação refletida e explícita requer a teoria, sem a qual isso não é possível”).

⁴ Archivists between knowledge and power, on the independence and autonomy of archival science and the archival profession, *Proceedings of the International Archives Congress*, Beijing, 1996.

⁵ Cf. José Maria Jardim. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995), www.ibict.br/cienciadainformacao; Aron Gourevitch, La science historique et l'anthropologie, *Sciences Sociales*, Moscou, 1991, 3, pp. 117-138: *sur le plan de la méthodologie, l'exigence d'une approche interdisciplinaire ou, mieux vaudrait dire, pluridisciplinaire n'a jamais été aussi impérieuse qu'à notre époque*, p. 137 (“no plano da metodologia, a exigência de uma abordagem interdisciplinar, ou melhor, pluridisciplinar nunca foi tão imperiosa como em nossa época).

⁶ Com participação do SIARq, com a sua diretora, Neire do Rossio Martins.

⁷ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

⁸ Cf. links no site www.unicamp.br/siarq.

⁹ O website http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/index.asp da Câmara conta com uma série de links interessantes, apresenta também um fórum de discussões que visa promover a integração entre todos aqueles que se interessam pela abordagem arquivística dos documentos eletrônicos e uma extensa bibliografia.

¹⁰ Como em outras instituições que têm lidado com estas questões, a Universidade Estadual de Campinas designou um Grupo de Trabalho, nomeado através da Portaria GR-104/2003, constituído por representantes da Coordenadoria Geral de Informática, Procuradoria Geral, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Computação, Centro de Computação, Diretoria Geral de Recursos Humanos, Biblioteca Central e Arquivo Central do SIARQ.

¹¹ Cf. Pedro Paulo Abreu Funari. **Antigüidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos**. Campinas, Ed. Unicamp, 2003, 2^a ed., capítulos 1 e 2.

¹² Sobre isto, consulte a análise clássica de Jürgen Habermas, **Technik und Wissenschaft als Ideologie**, Frankfurt, Suhrkamp, 1968.

¹³ www.unicamp.br/siarq/

¹⁴ Como no caso da Mesa-Redonda sobre documentos digitais e sua preservação, no **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**. Campinas, UNICAMP, 20/05/2004, organizado por Neire do Rossio Martins.

¹⁵ “Não se pode dissimular que, a despeito de sua urgente necessidade prática e dos objetivos morais elevados que ela se impõe, a luta contra todas as formas de discriminação participa desse mesmo movimento que leva a humanidade em direção a uma civilização mundial, destruidora dos velhos particularismos aos quais recai a honra de haver criado os valores estéticos e espirituais que dão seu valor vida e que nós recolhemos, preciosamente, nas bibliotecas e museus, pois nos sentimos cada vez menos capazes de produzi-lo”.

¹⁶ Paris, Plon, 1983, p. 47.

¹⁷ Cf. Karl Marx, The discovery of America, the rounding of the Cape, opened up fresh ground for the rising bourgeoisie. The East-Indian and Chinese markets, the colonization of America, trade with the colonies, the increase in the means of exchange and in commodities, generally, gave to commerce, to navigation, to industry, an impulse never before known, and thereby, to the revolutionary element in the tottering feudal society, a rapid development (“descoberta da América, a passagem pelo Cabo da Boa Esperana, abriu espaço para a burguesia ascendente. Os mercados da Índia Oriental e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias, geralmente, deram um impulso nunca visto antes ao comércio, navegação, indústria e, desta forma, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário no interior da sociedade feudal; Karl Marx, On society and social change, Chicago, Chicago University Press, 1973, p. 74.

¹⁸ Marshall McLuhan, **Understanding Meida**, Nova Iorque, 1964.

¹⁹ Cf. Anthony Giddens, **Social Theory and Modern Sociology**. Oxford, Polity Press, 1987, pp. 14-165.

²⁰ Cf. Zygmunt Bauman, **Le coût humain de la mondialisation**. Paris, Hachette, 1999, p. 32-45.

²¹ O texto de Michel Foucault, pronunciado em 1967, mas publicado apenas em 1984, muito anterior digitalização generalizada e, mesmo assim, serve bem para analisar aspectos essenciais da virtualização do mundo: Dits et écrits, Architecture, Mouvement, Continuité, n. 5, 1984, p. 46-49, disponível, por exemplo, em <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>.

²² Nova Iorque, Norton, 2002.

²³ “Creio que a globalização – a remoção de barreiras ao livre comércio e uma maior integração das economias nacionais – pode ser uma força positiva e tem o potencial para enriquecer todos no mundo, particularmente os pobres. Mas também creio que, se para ser assim, a maneira como a globalização tem sido levada adiante, incluindo os acordos internacionais de comércio que tiveram papel tão importante na remoção das barreiras e as políticas que foram impostas aos países em desenvolvimento, no processo de globalização, precisam ser **radicalmente repensadas**” (friso acrescentado).

²⁴ *L'autre mondialisation*, Paris, Flammarion, 2003, p. 11.

²⁵ “O fato mais importante deste início de século XXI o surgimento do triângulo infernal identidade-cultura-comunicação. Os conflitos e as reivindicações políticas, a começar

pelo terrorismo internacional, são a prova desse surgimento. Às desigualdades tradicionais entre Norte e Sul, adicionam-se os riscos políticos ligados cultura e comunicação”.

²⁶ Cf. Roger Collinwood, *The Idea of History*, Oxford, Oxford University Press, 1939, p. 280: everything in the world is potential evidence for any subject whatever (tudo no mundo evidência potencial para qualquer tema).

²⁷ Como j alertava o filósofo Georg Wilhelm Hegel, *Die Vernunft in der Geschichte*, 5. Aufl., Hrsg. von J. Hoffmeister, Hamburg, 1955, p. 11: wir sind auf dem Standpunkt, immer uns zu bestreben und noch zu suchen, wie die Geschichte geschrieben werden soll (“estamos no ponto em que investigamos e ainda buscamos determinar como deve ser escrita a História”).

²⁸ Fórum Barcelona 2004, Julho de 2004, p. 3.

²⁹ “Ladrões do mundo, tendo por sua pilhagem universal exaurido a terra, adentram o mar. Se o inimigo rico, são rapazes, se pobres, buscam dominar, Oriente ou Ocidente não o satisfizeram. São os únicos, dentre todos os povos, a cobiçar igualmente riqueza e pobreza. À rapina, assassinato e pilhagem dão o falso nome de império e onde fazem a solidão do cemitério chamam de paz”.

³⁰ Unesco, *Charter on the preservation of digital heritage*: O patrimônio digital consiste de recursos únicos de conhecimento e expressão humanos. Os materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens paradas e em movimento, áudio, gráficos, programas informáticos, páginas virtuais, entre uma ampla gama de formatos. São, com frequência, efêmeros, requerem produção específica, manutenção e gerenciamento para serem preservados. Muitos desses recursos possuem valor e significado duradouro e constituem, portanto, um patrimônio que deveria ser protegido e preservado para as atuais e futuras gerações. Este patrimônio, em constante crescimento, pode existir em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, em qualquer área do conhecimento ou expressão humanos.

³¹ E.g. Françoise Epinette, *La question nationale au Québec*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

³² *De l'ordinateur la société de l'information*. Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

³³ “Para além da simples gestão de dados, escondem-se questões mais vastas, cuja abrangência toca aos patrimônios cultural e econômico da humanidade”.

³⁴ Como exemplo dos últimos tempos, lembremo-nos do próprio cinema, cada vez menos em filme e cada vez mais digital; cf. Renato Franco, *Pellicola addio, la rivoluzione digitale* in arrivo, *Corriere della Sera*, 09/08/2004, p. 22; sobre a especificidade do contexto na preservação da informação de imagens, consulte-se Miriam Paula Manini, *Análise documentária de imagens*, *Informação e Sociedade*, 11, 1, 128-135, 2001, com referências.

³⁵ Com pouco mais de uma década, o e-mail torna-se um tipo de documento arquivístico, tanto público como privado, ainda pouco presente nas políticas de preservação dos arquivos, algo que não acontece com o epistolário em papel; cf. Paolo Ottolina, *Raccomandata addio, l'email diventa legale*, *Corriere della Sera*, 26/03/2004, p. 13.

³⁶ Afinal, mesmo quando os documentos existem, para que sejam preservados necessário que não sejam, antes, descartados pelos produtores; cf. Henri-Irénée Marrou, *De la connaissance historique*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, p. 73: dans la mesure o lès documents existent, il faut encore parvernir s'en rendre maître (“na medida em que os documentos existem, necessário, ainda, conseguir ter acesso a eles”).

³⁷ Cf. Michel Duchein, *Le respect des fonds en archivistique, principes théorique et problèmes pratiques*, *Gazette des Archives*, 97, 1977, 71-96.

³⁸ Cf. Humberto Celeste Innarelli, *Iniciativas de Preservação Digital, Documentos digitais e sua fragilidade em relação ao suporte*, **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, Campinas, UNICAMP, 20/05/2004.

³⁹ Como lembram os diretores do Archivo Nacional de Cuba, Berrarda Salavarría & Luis

Frades, La conservación de los documentos electrónicos, p. 16: El soporte electrónico no constituye aún un método duradero de conservación de la información.

⁴⁰ Preservação digital: uma brevíssima introdução, **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, Campinas, UNICAMP, 20/05/2004.

⁴¹ Cf. Electronic records: a workbook for archivists, ICA Committee on Current Records in an electronic environment, September 2004.

⁴² Cf. Cláudia Lacombe, Anteprojeto de Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, Campinas, UNICAMP, 20/05/2004.

⁴³ Cf. Miguel Angel Márdero Arellano, Digital preservation of scientific information in Brazil: an initial approach to existing models, Proceedings of the 8th ICCO International Conference on Electronic Publishing, Brasília, June 2004, p. 48: The results of this study indicate that Brazilian government agencies that deal with scientific and technical information are not ready in providing permanent access and adequate rendering of the digital objects that they use and produce (“os resultados deste estudo indicam que as agências governamentais brasileiras que tratam com a informação científica e tecnológica não estão prontas para fornecer acesso permanente e adequada reprodução dos objetos digitais que usam e produzem”).

⁴⁴ Cf. Maria Inês Bastos, Carta sobre Preservação do Patrimônio Digital, **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, Campinas, UNICAMP, 20/05/2004.

⁴⁵ Cf. Howard Besser, Challenges for digital preservation: standards, architecture and copyright, **II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, Campinas, UNICAMP, 20/05/2004.

⁴⁶ Já que os serviços de acesso a documentos digitais podem ser caros, como lembra Tamima Orra Mourad (com.pess.).

Abstract

The paper considers digital documents in the overall context of cultural diversity, according to UNESCO's guidelines. Digital documents are cultural constructions and convey worldviews and standpoints for present and future generations. Archives have a particular responsibility in preserving this heritage.